

Ofício 322 /2018

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2018.

À Sra. Rosa Fernandes - MDB

Presidente da Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira.

Endereço: Pça Floriano nº 51 - 24º andar

A/C: Ao Ouvidor-Geral da Câmara Municipal do Rio de Janeiro

Assunto: **RECLAMAÇÃO** por negativa de participação da sociedade civil, com direito à voz, na Audiência Pública da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira para “para demonstração e avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do 1º quadrimestre de 2018 de acordo com o que preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000) em seu art. 9º, § 4º.

Prezada presidente da Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira,

O Observatório Social do Brasil – Rio de Janeiro, entidade da sociedade civil, gostaria de registrar sua **RECLAMAÇÃO** pela **NEGATIVA** de manifestação na tribuna para a sociedade civil na audiência pública para demonstração e avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do 1º quadrimestre de 2018 de acordo com o que preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000) em seu art. 9º, § 4º, realizada no dia 28 de agosto de 2018.

Gostaríamos também de reiterar o pedido para que o Executivo apresente a esta Comissão Permanente na próxima audiência pública para “demonstração e avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do 2º quadrimestre de 2018”, o que foi requisitado na audiência pública realizada no dia 29 de maio de 2018, quando da prestação de contas do 1º quadrimestre de 2017, qual seja:

1. estudos sobre renúncia fiscal,

2. Estudos sobre o salvo da **dívida ativa** que pode ser protestado, com a finalidade de aumentar a arrecadação;
3. Análise sobre o crescimento vegetativo dos gastos com servidor;
4. Análise de como será o corte de despesas de 2018, uma vez que o orçamento foi muito otimista nas receitas.

Certos que esta Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira exerce seu dever de fiscalização e atende aos princípios constitucionais e legais para o desenvolvimento da participação da sociedade, esperamos ter direito à voz na próxima audiência pública de prestação de contas da LRF.

Aproveitamos o ensejo para reiterar nossos votos de consideração.

Cordialmente,



Tatiana Bastos

Presidente do Observatório Social do Brasil – Rio de Janeiro